

A cidade de São Paulo e as águas: salubridade, obras públicas e inundações (1850-1922)

Fábio Alexandre dos Santos

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN)

fa.santos@unifesp.br

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir o processo de constituição e consolidação das inundações na cidade de São Paulo, no período de 1850, quando ocorre uma inundação no ribeirão do Anhangabaú com prejuízos humanos e materiais, até 1922, quando uma nova inundação provocou danos, mesmo depois de concluídas as obras de retificação do Tamanduateí, com as obras do Parque D. Pedro II em fase de conclusão e o loteamento do seu entorno. A hipótese aqui aventada é que as cheias passaram à condição de inundações *pari passu* com as intervenções do homem sobre o meio que, em sua essência, eram justificados pela busca da civilidade e modernidade, mas que reproduziam e consolidavam o caráter de inundação às cheias.

Palavras-chave

inundação – enchente – águas – intervenções urbanas – salubridade

A cidade de São Paulo e as águas: salubridade, obras públicas e inundações (1850-1922)

Introdução

A congregação dos homens nas proximidades das águas sempre foi recorrente na história humana, dada à essencialidade desse *bem* à vida dos seres vivos, não somente em seus aspectos primordiais (bebida e alimentos), mas também para o transporte, a irrigação, a defesa, o lazer, o trabalho, além de outras funcionalidades nem tão “nobres” como de afastar do indesejado (os resíduos humanos e industriais), por exemplo, e, com o aprimoramento tecnológico, como fonte para geração de energia.

São Paulo também tem sua origem próxima a águas.¹ Sua gênese remete à área do atual centro histórico, local onde se encontra hoje o Pátio do Colégio. De um lado estava o ribeirão Anhangabaú, de outro o rio Tamanduateí e, ainda, por outro lado, uma várzea. A justificativa para ali se instarem era a barreira natural que a topografia oferecia contra possíveis ataques indígenas, além da proximidade da água enquanto fonte de alimentos e bebida para o abastecimento de seus habitantes. Além disso, o Tamanduateí era um importante meio de comunicação, que ligava o núcleo central ao rio Tietê.

O rio Tamanduateí, naturalmente um curso d’água bastante sinuoso, nasce no território do atual município de Mauá e atravessa as atuais cidades de Santo André e São Caetano, até desaguar no rio Tietê. Nos primeiros anos da vila, foi instalado no sopé da colina o Porto Geral, que cumpria a função de entreposto de mercadorias que circulavam ao longo do curso d’água.

Assim, as águas presentes na confluência da colina ocupada pelos jesuítas proporcionaram condições para a congregação e sobrevivência das pessoas. Por outro lado, como parte deste mesmo processo, houve a ampliação cada vez maior e mais intensiva da relação dos habitantes com o meio, a natureza que o cercava, resultando em alterações nas condições naturais em razão da interação do primeiro com o segundo, na medida em que o homem tem a capacidade de transformar e ressignificar a natureza constantemente, considerando-a, pois, como uma criação cultural diretamente ligada às

¹ A “São Paulo colonial” foi elevada à condição de vila em 1561, passou a cidade em 1711 e, nas primeiras décadas do século XX, já podia ser considerada uma grande cidade.

representações das mentes humanas e de seus respectivos grupos e significações (WORSTEN, 1991; 210).

Neste quadro, problemas, desafios e contradições relacionados à água adquiriram conotações que muito impactaram – *e ainda impactam* – a vida da população, já que os cursos d’água foram largamente afetados pelo processo de urbanização que resultaria na cidade que hoje se tornou, seja para o consumo humano ou para seu escoamento, sua drenagem, nos momentos de alta pluviosidade, o que levou a cidade a se tornar refém das inundações, com custos crescentes.²

Aqui, portanto, se propõe uma reflexão sobre o processo de constituição e consolidação das inundações enquanto fenômeno socialmente construído. Para tanto, será tomado como espaço de análise e reflexão a região do rio Tamandateí e suas várzeas essencialmente, no centro histórico, no período de 1850 quando as águas do ribeirão do Anhangabaú “subiram” e provocaram as primeiras destruições e prejuízos desta natureza, até 1922, quando uma nova inundação provocou danos, mesmo depois de concluídas as obras de retificação do Tamandateí (executadas como forma de combate às enchentes), com as obras do Parque D. Pedro II em fase de conclusão e o loteamento do seu entorno.

A hipótese aqui proposta foi que ao longo dos cursos d’água as cheias passaram à condição de inundações *pari passu* com as intervenções do homem sobre o meio, por meio do processo de ocupação urbana e, com isso, as águas foram encontrando limites que antes não existiam em seus caminhos. E na maioria dos argumentos sobre as obras necessárias ao combate às “cheias”, “enchentes” ou “inundações” há uma interessante relação entre obras públicas, salubridade e incorporação das terras ao mercado imobiliário, que reforçava ainda mais o caráter de inundação ante as cheias, em meio ao discurso modernizador que fundamentava a instauração da salubridade.

Salubridade, obras públicas, significações e ressignificações urbanas

Em 1836, São Paulo abrigava uma população de 21.933 pessoas, das quais 9.391 consideradas como “população urbana”, o que representava 42,9% do total. Já em 1872,

² O que deve ser perceptível é a relação entre a sociedade e a natureza, na qual esta deve ser compreendida como parte do processo social, nas suas dimensões física e material à medida que possui valores e significados pela sua presença na vida das pessoas, pois o ambiente é uma construção social (MARTINEZ, 2006; 21). Não é à toa que toda transformação em qualquer área resulta em reformulações, rearranjos ou perdas de representações para a sociedade que nela vive e em suas respectivas manifestações culturais. O homem é parte dessa natureza e como com ela interage, pode, inclusive, provocar intervenções inadequadas (MASSEI, 2007; 228-229).

a população do município totalizava 31.385 habitantes, sendo 19.347 urbanos, perfazendo 61,7% do total. De acordo com Paul Singer (1977; 19 e segs.), a população urbana neste período cresceu mais acentuadamente se comparada com períodos anteriores, mesmo assim, em 1860 a cidade ainda era “relativamente insignificante”, com suas funções resumidas ao papel de entreposto comercial e aos serviços de intercâmbio.³ Por volta de 1850, a área urbana delimitava-se pela estrada de Santo Amaro até a chácara do Capitão Benjamim José Gonçalves, pela estrada de Campinas até a do Brigadeiro Antônio Pereira Leite da Gama Lobo (MORSE, 1970; 45).

Quanto ao rio Tamanduateí, ao longo dos anos suas funções foram se transformando na mesma medida em que as mudanças atingiam a localidade. Em seu entorno havia brejos e atoleiros, por onde se caminhava, quando se caminhava. Mal se contendo com seu leito, “os rios e córregos paulistanos transbordavam e ocupavam as várzeas, refluindo durante a estiagem ao leito menor” (JORGE, 2007; 178), inspirando, inclusive, os nomes que se incorporaram à toponímia da cidade, como a várzea do Carmo e a várzea do Glicério (FREITAS, 1955; 135).

As várzeas – conceitualmente chamadas o “leito maior” ou “planície de inundação” – cumpriam a função de receber o extravasamento natural dos rios e por isso eram constantemente cenários das cheias que tomavam conta das várzeas nos momentos de grandes precipitações.

As *cheias* ou *enchentes* (denominação popular e de uso corrente) ocorrem quando o volume de água de um rio ou córrego chega simultaneamente ao seu leito e é superior à capacidade que sua calha tem de drená-la. São fenômenos naturais diretamente relacionados à hidrografia. Já Maria Ostrowsky e Witold Zmitrowicz indicam que as *inundações* são fenômenos naturais, porém, elas podem ser “intensificadas pelo homem, em vista de alterações no solo da bacia hidrográfica, como o desmatamento, o desnudamento, a urbanização e a impermeabilização (...). A inundação é um fenômeno natural que acontece toda vez que a vazão a ser escoada é superior à capacidade de descarga da calha do curso d’água. Esse fenômeno torna-se inconveniente quando a planície de inundação passa a ser ocupada por atividades incompatíveis com as inundações.” (OSTROWSKY; ZMITROWICZ, 1991; 2-3).

³ Segundo Singer, o levantamento de 1836 engloba no conceito de cidade as freguesias que posteriormente se tornariam independentes, como Conceição de Guarulhos, São Bernardo, Juqueri, Cotia. Por esta razão estes dados não são comparáveis com os posteriores.

Para Carlos Tucci (2006; 401) a “enchente” enquanto resultado do processo de urbanização é o “aumento da frequência e magnitude das enchentes devido à ocupação do solo com superfícies impermeáveis e rede de condutos de escoamentos.” Este processo se diferencia de “enchentes em áreas ribeirinhas”, que são “enchentes naturais que atingem a população que ocupa o leito maior dos rios. Essas enchentes ocorrem, principalmente, pelo processo natural no qual o rio ocupa o seu leito maior, de acordo com os eventos extremos”. Segundo o autor, a ampliação da ocupação urbana pode produzir obstruções ao escoamento da água através de aterros, pontes, drenagens inadequadas, obstruções ao escoamento junto a condutos e assoreamento, o que provocaria um impacto no ciclo hidrológico natural.

Para os objetivos aqui propostos, a definição entre as *cheias*, *enchentes* e as *inundações* se faz necessária na medida em que se procura mostrar e refletir sobre as transformações nas formas das “cheias”, e suas ressignificações decorrentes, à luz das transformações urbanas sob o contexto das dinâmicas econômicas e sociais que abarcaram a sociedade e a cidade, transformando-as em “inundações”. Não em vão, a observação de Maria Paes de Barros (1998; 29) sobre as diferentes visões do mesmo fenômeno simboliza como significações podem ser elaboradas e reelaboradas segundo o contexto – da mesma forma que ressignificações sobre a natureza são elaboradas segundo a época e o contexto histórico (TORRÃO FILHO, 2007; 48-50)⁴ – ao lembrar que com as enchentes a situação era aflitiva, mas enquanto para uns divertia, para outros era menos venturosa.

De acordo com Odette Seabra (1988; 21), há que se diferenciar as *cheias* ou *enchentes* das *inundações*, pois as primeiras são fenômenos geofísicos, naturais, enquanto as inundações são resultados da relação e da interferência do homem sobre o meio e, por isso, socialmente produzidas. Neste sentido, a fronteira que pode diferenciar as cheias ou enchentes – naturais – das inundações – enquanto fenômeno socialmente construído –, deve ser percebida justamente na relação dos elementos naturais com os sociais, elaborados pelo homem em contraposição ao seu meio. Quando as águas deixam o chamado leito menor e atingem o leito maior ou planície de inundação. Nesta toada, ela pode continuar sendo um fenômeno natural, entretanto, à medida que o homem passa a ocupar, a interferir ou a transformar de alguma maneira estas áreas

⁴ O autor chama a atenção para o risco de se pensar a relação do homem com a natureza apenas do ponto de vista da destruição, na medida em que pode reforçar o dualismo entre natureza e sociedade, obscurecendo, assim, outros fatores que compõem a realidade.

naturais que cumprem a função de planície de inundação, o fenômeno deixa de ser simplesmente uma cheia ou enchente e transforma-se numa inundação na medida em que pode gerar prejuízos de ordem material e humana e, em decorrência, desencadear obras, planos, projetos (ou até mesmo omissões) que interfiram naquele meio (CUSTÓDIO, 2005; 194 e segs.).

Sobre as águas, ainda pairava a crença de que das águas alagadiças e estagnadas, especialmente aquelas das várzeas ao longo dos rios e córregos, eram emanados os fluídos responsáveis pelas epidemias que assolavam a localidade, cujo fundamento estava nos males advindos dos miasmas. Não à toa que os cursos d'água foram alvos de inúmeras intervenções. A primeira delas ocorreu justamente sobre o Tamanduateí, na região central da cidade, em 1848, com a supressão das Sete Voltas, uma série de curvas que caracterizavam o percurso natural do rio próximo à colina histórica (núcleo formador da cidade de São Paulo), sob o argumento de acabar com as cheias na região, o que seria possível com a maior fluidez de suas águas.

A obra foi executada durante a administração do Presidente da Província Conselheiro Pires da Motta, que promoveu a abertura de um canal reto paralelo ao rio com maior profundidade, afastando, ainda, seu leito natural do centro para leste, ou seja, transpondo o curso, suas águas e o problema das cheias, pois as obras não resolveram o problema. Na área em que se viu livre de seu leito natural encontra-se hoje a famosa rua de comércio popular da capital paulista, a 25 de Março.

Até então, as águas e suas extravasões pareciam ainda configurar cheias, como diversos viajantes que passaram por São Paulo registraram, mas gradativamente elas começavam a mostrar que seus limites quanto contrapostos à interferência humana sobre o meio, especialmente numa cidade que se situa sobre uma complexa bacia hidrográfica, poderia resultar em conflitos. O fenômeno da subida das águas do ribeirão do Anhangabaú, em 1º de janeiro de 1850, provavelmente seja a primeira manifestação desta ordem, com prejuízos materiais, por isso a primeira inundação que se tem registro.

Segundo o abaixo-assinado, com 21 anuências enviado à Assembleia Provincial pelos moradores do Bexiga que sofreram os impactos da subida das águas, desde tempos imemoriais não se tinha notícia de “cheia semelhante”, por isso pediam providências para que tais fatos não voltassem a acontecer.

“Os abaixo assignados, moradores desta cidade no Bairro denominado do Bixiga, nas margens do ribeiro Anhangabahy, vem perante esta augusta Asmblea pedir

providencias que evitem e previnão a repetição das calamidades de que forão victimas no dia 1º de janeiro do corrente anno.

O dia 1º de janeiro Ilmo. Sres. foi para os abaixo assignado e para todos os moradores das margens daquelle ribeiro, um dia desastroso, cuja lembrança se não sairá facilmente da memoria em quanto permmanecereis os effeitos da quella horrível cathastrofe e não forem de todo removidas as causas que a ella derão occasião; desde tempos immemoriaes não ha noticia de uma cheia semelhante á do dia 1º deste anno, e os estragos por ella produzidos, corresponderão em larga escalla á massa enorme das agoas que se agglomerarão no pequeno e obstruido leito do ribeiro; (...) basta dizer que a ponte do Acú foi (...) completamente aniquilada, e que ao Rio Tieté serão levadas as pontes (...) e moveis das casas com que os abaixo assignados habitavão no Bairro do Bixiga; não será difficil Ilmo. Sres. conhecer as causas provaveis deste mal, **alem da copiosa chuva que durou seis horas, muito concorreu para aquella desgraça a direcção que se tem dado de tempos a esta parte a uma grande porção das agoas da chuva, todas em direcção para as proximidades da ponte de Piques**, cuja capacidade é inteiramente desproporcionada á massa de agoas, a que deve dar livre transito, principalmente achando-se o leito do ribeiro obstruido em toda a sua extensão (...).

(...) A **canalização** completa do grande ribeiro com profundidade e largura bastante, a prohibição da existência desses tanques, o desvio das agoas da chuva, de tantas direcções da liberdade para um só ponto, e outras providencias que não escaparão á illustração das (...) desta casa, parecem indispensaveis, para tranquilisar os animos de tantas familias, que com a mais pequena chuva, se julgão em **iminente perigo de vida** e proximas á miseria.

(...) **As mortes e prejuizos causados** aos moradores do Bairro (...) **são incalculaveis**, mas os abaixo assignados, **nutrem lisongeiras esperanças de que sobrias medidas tomadas por esta assemblea tornarão impossivel a repetição de tão grande calamidade**” (PEDIDO DE PROVIDENCIAS A RESPEITO DOS RIOS QUE SOBEM NA ÉPOCA DAS CHUVAS; 1850).

Em 1875, uma nova intervenção foi executada no Tamandateí, na área em que compreendia a antiga Sete Voltas, na área do centro histórico, com a construção da Ilha dos Amores. Era um local que conjugado às águas do Tamandateí cumpria a função de passeio público, com jardins e quiosques. A obra foi empreendida pelo Presidente de Província João Theodoro com um carácter de ser a primeira tentativa de incorporar a região ao conjunto da cidade. Entretanto, o problema das cheias que assolavam a região nos períodos de chuvas e o problema da insalubridade posto pelas várzeas não foram resolvidos. Tanto não resolveu que no verão de 1879, a Ilha dos Amores, de espaço

destinado à contemplação e à civilidade⁵, foi vítima das águas que a submergiram, resultado de um “cataclisma”.

“... é tempo de aproveitar a lição do desastre! Elle demonstra que é indispensável levantar o solo da Ilha a um metro mais de altura, salvando-a assim de futuras e inevitáveis enchentes, e dando-lhe ipso facto melhor aspecto.

O que está feito, está feito, e já não se trata de chorar o dinheiro gasto primitivamente, trata-se de salvar o que foi empregado. Não valerá a pena despender mais algum dinheiro para ao menos aproveitar o largo que aquillo representa? Convém pensar no assumpto.” (JORNAL A PROVINCIA DE S. PAULO, 11 DE JANEIRO DE 1879; 2).

A obra marcou o início da tentativa de inserção da cidade nos parâmetros da modernização⁶, no qual o centro da cidade era um dos focos dos melhoramentos e a instauração da salubridade um objetivo, tão necessários à representação da riqueza que para ali afluía a partir de então, fruto da riqueza advinda da cafeicultura, simbolizada especialmente pela inauguração das primeiras linhas férreas ligando o interior ao porto exportador, Santos, em cujo caminho estava a capital paulista (SANTOS, 2011; 49 e segs.).

Contudo, em meio às intenções modernizadoras e civilizadoras, as inundações se repetiam com a intensificação dos prejuízos, como em 1880, quando uma nova nota em A Provincia de S. Paulo revela a situação da “enchente” nas várzeas do Tamanduateí e Tietê e, ironicamente, chamava a atenção para o “aspecto de um risonho archipelago em miniatura” formado pelas águas (JORNAL A PROVINCIA DE S. PAULO, 8 DE FEVEREIRO DE 1880; 2).

Redefinições político-administrativas, modernização e novas inundações

Com a Proclamação da República e os então estados sob novos marcos políticos e fiscais advindos da instauração do Federalismo, promoveu-se uma relativa autonomia que para o Estado de São Paulo refletiu no gerenciamento do imposto sobre as

⁵ A ideia de civilidade implica um “contra conceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie. (...) A civilização não é apenas um estado, é um processo que deve prosseguir (...) Ela absorve muito do que sempre fez a corte acreditar ser – em comparação com os que vivem de maneira mais simples, mais incivilizada ou mais bárbara – um tipo mais elevado de sociedade: a ideia de um padrão de moral e costumes, isto é, tato social, consideração pelo próximo, e numerosos complexos semelhantes” (ELIAS, 1994, 62).

⁶ Modernização como forma de incluir no conjunto da cidade, tanto em suas expressões *materiais*, através dos níveis e estruturas políticas, econômicas e sociais, quanto *espirituais*, marcada pela espiritualidade daqueles que se dedicavam à vida artística e intelectual autônoma, incluindo os chamados “modernistas”. Enquanto estivessem dissociados se esvaziaria toda e qualquer possibilidade de apreensão da conjuntura da vida moderna, por isso deveria ser essencial “a fusão de suas forças materiais e espirituais, a interdependência entre indivíduo e o ambiente moderno” (BERMAN, 1986; 129)

exportações, antes partilhado com o Império. Acrescido a isso, a constituição de uma esfera política eletiva, com os governadores, permitiu às oligarquias regionais firmarem-se no poder, com isso conferiram às capitais dos estados o caráter de espaços políticos-institucionais em ascensão, assim como de núcleos de expressão política e cultural de suas oligarquias (COSTA, 1998; 141-173). No caso do Estado de São Paulo e sua posição no mercado internacional com o complexo econômico cafeeiro, seus recursos permitiram aos legisladores investir e legislar em causa própria, segundo seus interesses políticos e econômicos, ou dos homens ligados ao complexo cafeeiro.

No conjunto, portanto, as mudanças institucionais advindas com a República possibilitaram aos políticos de São Paulo gerenciarem recursos que naquele momento permitiu a instauração e criação de uma série de serviços que davam suporte à reprodução do complexo cafeeiro. A receita do estado saltou de 9.100 contos de réis em 1890-1891, para 388.100 contos de réis em 1892. Este resultado foi incrementado pelos resultados do mercado cafeeiro, que conquistava o mercado externo e, no mesmo período, aumentou a quantidade de café exportado, saltando de 137.898.061 quilos (kg) em 1888-1890 para 245.456.719 kg em 1892; acrescido, ainda, da subida no preço do produto, cujo valor médio do quilograma saltou de \$586 em 1889-1890, para \$1026 em 1892 (NOZOE, 1984; 18).

Com estes recursos, em 1892, foi possível aos legisladores do Estado de São Paulo criar e encampar uma série de políticas e serviços que deram condições à reprodução do complexo cafeeiro, entre eles a imigração subsidiada, que para os objetivos aqui propostos importa destacar que foi positiva aos interesses dos cafeicultores e suas lavouras, mas também para a cidade de São Paulo. Do ponto de vista urbano contribuiu para a explosão demográfica que se seguiu, acrescida, claro, do estímulo dado pelas pequenas indústrias e serviços que surgiam na última década do século XIX que se complementavam e ampliaram-se ainda mais demanda por serviços urbanos. Se de 1872 para 1890, houve um aumento populacional de 31.385 habitantes para 64.934 habitantes, deste ano (1890) para 1900, o salto foi ainda mais expressivo, passando a abrigar 239.820 habitantes. Já em 1920, sua população chegou a 579.033 e, em 1940, a 1.326.261 habitantes (SANTOS, 1994; 137).

Por esta razão, a terra urbana também se tornava atraente, principalmente quando associada às suas condições de salubridade para futura ocupação e comercialização. Já no início de 1889, aponta Jorge (2005; 47), Augusto Cezar de Miranda Azevedo e Samuel Malfatti chegaram a solicitar a concessão de terrenos públicos à Câmara

Municipal com a finalidade de saneá-los e embelezar a várzea do Carmo. Em contrapartida, pediram “o direito de desapropriação de terrenos particulares e públicos em uma faixa de 240 metros ao longo do canal, até o rio Tietê, próximo a Ponte Grande, que seriam aterrados e loteados para revenda. O projeto foi aprovado pela Câmara, mas, dois vereadores, Francisco Penaforte Mendes de Almeida e José Evaristo Alves Cruz, alegando a inalienabilidade de logradouros públicos para o domínio particular, pediram a intervenção do governador do Estado, Prudente de Moraes, que, em 1890, acabou vetando a aprovação da Câmara.”⁷

Um dos resultados dos inúmeros debates sobre salubridade foi a criação da “Comissão de Saneamento das Várzeas”, sob o comando dos engenheiros Theodoro Fernandes Sampaio e Gerado Horácio de Paula Souza. De acordo com Cristina Campos (2010; Cap. 8), o orçamento para as obras necessárias ao combate às inundações, ao embelezamento e à urbanização da cidade foram apresentados detalhadamente no relatório da Comissão, sendo às obras de combate às “enchentes” estimadas em 3.025:096\$126 réis, acrescidos de 5.186:877\$690 para obras de “aformoseamento e regularização” e, ainda, de outros 8.211:973\$875 réis para “obras viárias e embelezamento”.

A comissão, contudo, que elaborou os primeiros estudos para a retificação dos rios Tietê e Tamanduateí, após mudanças em sua direção, ampliação de suas funções e a alteração de seu nome para “Comissão de Saneamento do Estado”, não levou adiante as obras do Tietê. Em 1898 a comissão foi extinta, mas as obras de retificação do Tamanduateí haviam sido iniciadas em 1896.

Foi com esta comissão que se iniciou a segunda grande intervenção sobre o rio Tamanduateí, cuja obra na área central da cidade retificou o curso d’água, transformando-o num canal e extinguindo a Ilha dos Amores. Originalmente o projeto incluía construção de um grande jardim na área de várzea da região central, cuja ideia havia sido cogitada pelo então Presidente da Província, João Alfredo Correia de Oliveira, em meados da década de 1880. Sua execução, entretanto, não levada adiante

⁷ Vale mencionar o efeito especulativo no mercado imobiliário provocado pelo Encilhamento na cidade de São Paulo no início da década de 1890 que, dados os limites deste artigo, não serão aqui explorados. Sobre esta relação ver em especial Lérias (1988). A partir do final do século XIX, a atração que a cidade gerava de capital privado, fosse ele de origem interna ou externa, que se reproduzia no interior do complexo cafeeiro, ou aquele disponível em nível mundial só cresceu. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a instalação da Light and Power na cidade, em 1899, que imprimiu novas dinâmicas econômicas e políticas à cidade, ao atuar diretamente em serviços que valorizavam um mercado que se especializava, o imobiliário, especialmente quando acompanhado de medidas saneadoras (SANTOS, 2010).

por ocasião das obras iniciadas em 1896. A proposta iria ser retomada somente durante a administração de Washington Luís Pereira de Souza, em 1914.

Diante das obras que almejavam sanear a área e resolver o problema das inundações nas várzeas, em 1912 mais uma inundação atingiu a região, mesmo que se considere que elas ainda estavam em andamento. Contrariamente às intenções dos poderes públicos, na dinâmica das transformações urbanas o problema parecia se avolumar como demonstra o Jornal O Estado de S. Paulo (28 DE FEVEREIRO DE 1912; 5, GRIFOS MEUS), quando discorre sobre a *casa no interior da várzea*, as fábricas instaladas na várzea, os negócios sendo *executados em função das inundações* (com “salvamentos” em troca de alguns vint ns), ao passo que *alguns ainda assistiam ao flagelo de outros*:

“Com as chuvas que cairam ultimamente sobre esta capital, o rio Tamanduatehy, na parte que atravessa a varzea do Glicerio, cresceu extraordinariamente. As aguas sairam do seu leito, **invadindo** os terrenos e quintaes das casas próximas. A agua entrou pela rua dos Estudantes até uma grande extensão, dando a volta pela travessa de S. Paulo. (...) Os passeios estão debaixo d’agua e as **casas ameaçadas de serem invadidas**. As **casas da varzea estão no meio de um grande lago**, dando-nos a id a de uma nova Veneza.

Muitas dessas casas f ram **tomadas pelas aguas que invadiram** os quartos e as salas, **estragando tudo e tirando para f ra moveis e outros utensilios**. (...)

Nos lugares mais altos, havia muita gente agglomerada, emquanto **varios homens, dentro d’agua, a troco de alguns nickeis, conduziam às costas os moradores das casas invadidas pela agua**.

As **fbricas Penteado, installadas na varzea**, na parte que fica do outro lado da rua Glicerio, tambem foram **invadidas** pela corrente d’agua que prejudicou grandemente o serviç o.

Grande numero de moradores da rua dos Estudantes e adjacencias, organisaram 'jangadas' e 'balsas' com auxilio de barricas, afim de poderem sair de suas casas.

Isso occasionava muitas vezes tombos desastrados, sendo os navegantes obrigados a tomar um banho forçado provocando, no entanto, **bôas gargalhadas nos espectadores, que eram muitos**.”

Mas nem tudo foi prejuízo material, oportunismos ou gargalhadas. No dia 5 de març o, da curiosidade veio a tragédia, quando Romualdo Pezzini, de 21 anos, morador na rua José Bento, 116, no Cambuci foi “**apreciar a enchente do rio Tamanduatehy**” na esquina da rua Vicente de Carvalho, próxima a sua casa, e foi seguido pelas irmãs Luiza, de 23 anos, e Maria Henriquetta, de 15, acompanhadas de Marietta Achilles, que

morava na mesma rua. Após algum tempo de contemplação do “volume das águas”, da “força da correnteza” e da “palestra [em que] entretiveram-se”, Luiza tirou os chinelos e em seguida foi lavar os pés na margem do rio...

“O barranco em que ella se apoiava, porém, desmoronou-se e a infeliz rapariga caiu n’agua. Luiza, vendo-se perdida, agarrou sua irman Henriquetta pelo vestido, afim de salvar-se, porém, esta perdeu tambem o equilíbrio e caiu no rio, sendo ambas arrastadas pela corrente.

Romulado, louco de dôr, atirou-se tambem á agua afim de ver se salvava suas irmans, mas não o conseguiu devido á impetuosidade da corrente que dentro de alguns segundos fazia desaparecer as duas infelizes moças.

Romuldo, quasi pereceu tambem afogado, pois já estava exausto e não tinha mais forças para lutar com as aguas, quando apareceu um barqueiro que o salvou.”

Segundo o Jornal, as moças eram “duas raparigas muito estimadas no bairro e trabalhavam em fabricas como operarias”, tendo, portanto, atingindo em cheio a renda familiar, pois contribuía para “o sustento de seus velhos paes e de seus pequeninos irmãos” (JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, 6 DE MARÇO DE 1912; 5).

Já ao fim das obras, em 1914, as intervenções ao longo rio resolveram o problema da salubridade na região, ao menos parcialmente, com a extinção das águas estagnadas que resultavam em emanação de fluidos fétidos e “nocivos”, como acreditavam, em razão da retificação. Mas o problema das inundações não fora resolvido, conforme revelam os relatos que se sucedem sobre as inundações na mesma região. Em contrapartida, a população que ali sobrevivia de expedientes temporários, como as lavadeiras, barqueiros, por exemplo, foram expulsos pela administração pública, como meio de extirpar o que era “feio, sujo e perigoso” (SANTOS, 1998; 88).

Foi quando Washington Luís Pereira de Souza assumiu a prefeitura em 1914, e levou adiante obras de melhoramentos iniciadas e retomou projetos propostos por governantes, arquitetos e engenheiros que o antecederam, entre eles a de sanear a várzea do Carmo, com a construção de um parque, o Parque D. Pedro II. Era o momento de dar um destino adequado à região, incorporá-la ao conjunto da região central, conferindo-lhe uma funcionalidade “civilizada”, inclusive respaldada na tentativa de embelezá-la juntamente com o Anhangabaú, cujo ribeirão havia sido canalizado em 1906.⁸

⁸ Em meio às obras sobre o Tamanduateí (1896-1914) o ribeirão Anhangabaú foi canalizado com suas obras concluídas em 1906. Foi a primeira canalização de um curso d’água na cidade, que colocou sob o solo mais de 1.790 metros de extensão do ribeirão, em uma caixa de 15 metros quadrados, com o objetivo de preparar a região para receber os “melhoramentos” na região do Anhangabaú, especialmente por causa

Em 12 de junho de 1914, por meio da Lei nº 1.793 foi aprovado o projeto para a criação do parque, “sendo previsto o arruamento de parte da área para posterior venda”, assim como a construção de “estadiumes de sports” (TOLEDO, 1983; 110). A proposta aprovada foi apresentada por Francisque Cochet, arquiteto francês contratado pela prefeitura para sua construção, a qual retomava considerações de Bouvard apresentadas em 1911, entre as quais a de alienar parte dos terrenos adjacentes à área do parque como meio de financiar a obra (ANNAES DA CAMARA, 1914; 308-310, 339 e segs.).

A venda inicial dos lotes para o financiamento das obras do parque, contudo, não correspondeu às expectativas, implicando em dificuldades para se obter o montante necessário para a obra. Para tanto, a solução encontrada foi a abertura de concorrência pública e o pagamento à empresa vendedora continuaria a ser feito com as áreas adjacentes ao parque (SANTOS, 2007). De acordo com o edital, a empresa vencedora receberia como pagamento três quartas partes em terrenos, a 30 mil réis o metro quadrado (m²) e o restante em títulos da municipalidade em três prestações anuais. Em 1916, Washington Luís declarou à Câmara, a partir dos projetos dos arquitetos franceses Joseph Antoine Bouvard e Cochet, o orçamento de 2.276:705\$386 réis para sua construção (RELATÓRIO DE 1916 APRESENTADO A CAMARA, 1918; 48).

O projeto ainda gerou debates, mas a prefeitura rapidamente procurou esvaziá-los e abriu concorrência pública para contratação da empresa que a construiria, na qual se saiu vencedora a Companhia Parque Várzea do Carmo, criada especialmente para este fim em 25 de setembro de 1918, como consta em seu “objeto” registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp): “Construção do Parque da Várzea do Carmo – negócios imobiliários”, com um capital social de “500:000\$000 – 2.000:000\$000” (SANTOS, 2007; 15). O resultado da concorrência pública saiu em agosto de 1918 e a autorização para a assinatura do contrato foi dada imediatamente pelo prefeito, o que foi realizado no segundo semestre deste mesmo ano com a Diretoria de Obras, que estipulava um prazo de 20 meses para sua conclusão a partir da assinatura do contrato. As obras, entretanto, foram interrompidas ainda neste mesmo ano e retomadas apenas em 1920.

Porém, em 1918 uma nova inundação atingiu a região e, fugindo aos padrões das inundações anteriores, esta ocorreu em outubro, portanto, fora do período de chuvas

da construção do Teatro Municipal, inaugurado em 1911. A partir de então, outros importantes córregos, cursos d’água, pântanos, várzeas, açudes, nascentes foram objeto de intervenções que acabaram por escondê-los, subjugar-los e, cujas obras contribuíram sobremaneira para impermeabilização do solo e para a potencialização das inundações (SANT’ANNA, 1953; 236-237).

caracterizado pelo verão, o que pode explicar em parte a interrupção das obras, já que em setembro elas estavam sendo executadas, mas não explicam sua não retomada imediata. Na ocasião, os prejuízos sofridos pelos comerciantes em vários pontos da cidade foram consideráveis. Na rua 25 de Março, por exemplo, os prejuízos foram estimados em mais de mil contos de réis.

“nalguns pontos da cidade os bombeiros só hontem de madrugada conseguiram dar por terminados os trabalhos relativos aos estragos causados pelo temporal de ante-hontem, que produziu grandes **prejuízos em varios pontos da cidade**, principalmente nos **logares baixos para onde correm todas as aguas dos quaes nosso deficiente serviço de canalização não dá escapamento**.

(...) Na rua 25 de Março os prejuízos foram muito sensiveis, pois as aguas, invadindo os estabelecimentos comerciaes, **estragaram boa parte de mercadorias nelle existentes. Calcula-se que os estragos, alli, subam a mais de mil contos.**

Já não é a primeira vez que se dão em S. Paulo factos desta ordem, e até hoje, não consta que os poderes competentes hajam voltado as suas atenções para o caso.

Infelizmente, não será esta a ultima inundação que nos vem dar prejuízos, e parece-nos que **é tempo de se pensar a sério em melhorar as partes mais baixas da cidade**, de maneira a tornal-as resistentes contra os perigos que todos estamos vendo (...)” (JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, 16 DE OUTUBRO DE 1918; 6, GRIFOS MEUS).

Quanto à conclusão o Parque D. Pedro II, seu projeto inicial previa a inclusão de campos esportivos e de lazer populares, porém, tais obras não se concretizaram, pois a Companhia apenas plantou gramas, árvores e pavimentou as travessias, portanto, sem nenhum aspecto de “interação social”, como proposto (CAMPOS, 2002; 307). Por outro lado, o saneamento da área do Tamanduateí permitiu a incorporação de um total de 16 quilômetros (km) de terras ao longo do rio, englobando, ainda, cerca de 200 a 400 metros de planícies na extensão destes 16 km (AB’SÁBER, 1958; 210 e segs.). Em outras palavras, áreas antes destinadas à contenção natural das águas do Tamanduateí, a serem saneadas, passaram às mãos do mercado imobiliário.

Sua inauguração aconteceu em 1922, sob a administração de Firmiano de Moraes Pinto (1922-1926), durante as comemorações do Centenário da Independência, mas sua entrega definitiva à municipalidade ocorreu somente em 1925. Desta obra e de seus objetivos, é importante ressaltar dois aspectos que num primeiro momento parecem independentes, mas que acabam se conectando e dando sentido aos seus impactos e consequências ulteriores.

O primeiro deles ocorreu no âmbito do mercado imobiliário, com o inevitável loteamento e comercialização da região pela Cia. Parque Várzea do Carmo⁹, com o loteamento dos quarteirões no entorno da região que abrigaria o futuro Mercado Municipal, na atual área da rua 25 de Março, já a partir de 1922. Segundo o anúncio de venda, a Cia. Parque Várzea do Carmo destacava que “transformou aquelle logradouro público, no vasto e magnifico Parque”. Em 1924, a companhia continuava a anunciar o empreendimento, afirmando serem “os melhores terrenos no centro da cidade”. A divulgação prossegue nos anos seguintes e, em 1927, a empresa chegou a publicar num jornal da cidade a fachada do projeto do Mercado Municipal, destacando o nome do engenheiro Ramos de Azevedo como o responsável pela obra. (JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, 11 DE JUNHO DE 1922; 1; 2 DE OUTUBRO DE 1924; 1; 24 DE DEZEMBRO DE 1927; 1; 1 DE JANEIRO DE 1928; 5; 10 DE JANEIRO DE 1928; 1).

Num segundo aspecto, no âmbito dos “fenômenos naturais”, ao fim do verão de 1922 a cidade de São Paulo vivenciou outra inundação, inclusive ao longo do Tamanduateí, como na rua João Theodoro, que foi uma das mais inundadas. Porém, a abrangência espacial foi muito maior, atingindo os bairros da Vila Maria, Vila Guilherme, parte do Coroa, Bom Retiro, às “partes baixas” da Casa Verde, da Lapa, da Freguesia do Ó e do Limão, em áreas de várzeas ou em áreas sujeitas às cheias que estavam sendo ocupadas, o que indica como as possíveis alterações sobre o meio ampliavam as inundações.

Além do impacto da abrangência espacial e de sua proporção em relação às anteriores, segundo o jornal, igualmente marcantes foram seus impactos econômicos e sociais: dos prejuízos materiais à interrupção dos serviços de correio; da polícia intervindo sobre o trabalho de barqueiros em função de estarem cobrando para realizarem salvamentos aos trabalhadores “afflictos” que buscavam ajuda na delegacia por estarem sem trabalho; de casas e estabelecimentos comerciais “invadidos” pelas águas ao abandono de animais às pressas em dadas regiões; ao passo que em meio à caótica situação em dadas regiões, ainda havia aqueles que procuravam os barqueiros

⁹ Antes mesmo da conclusão do Parque já se previa a valorização das áreas adjacentes e a legislação e o Padrão Municipal de 1920 corroborou essa tendência, ao tratar a região, mesmo com as obras em andamento, com as mesmas exigências legais das avenidas Paulista e Independência no tocante ao alinhamento, que em seu artigo 19º dizia: “nenhuma edificação poderá ser feita nas avenidas marginais do canal do Tamanduateí, na avenida Paulista e na avenida Independência sem que haja entre o alinhamento do edifício e o das citadas vias a distancia minima de dez metros.” (LEIS E ATOS DO MUNICIPIO, 1934, 153).

para fazer turismo nestas áreas. (JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, 14 DE MARÇO DE 1922; 5).

Em meio ao volume de problemas que parecem maiores e mais complexos quando comparados às descrições de inundações precedentes, as pontes, por exemplo, também aparecem como problemas diante do volume das águas, ao reterem em suas estruturas toda sorte de materiais e detritos que atrapalhavam ainda mais a vazão, como aguapés, animais mortos, restos de árvores, barcos velhos etc. obrigando a prefeitura a direcionar trabalhadores para as pontes para desobstruir a passagem das águas.

Isto posto, vale lembrar que a canalização do rio Tamandateí tinha como um de seus objetivos reduzir as “enchentes” nas suas várzeas, por isso retificá-lo, para melhor fazer fluir suas águas. Entretanto, quando associado ao processo de saneamento das várzeas, implementado pelas intervenções no seu entorno – com a construção do Parque D. Pedro II e o loteamento da área adjacente – percebe-se como estes fatores conjugados contribuíram para a ampliação da impermeabilização do solo (microdrenagem, controle sobre o hidrograma resultante de um ou mais loteamentos), o que pode ter alterado a macrodrenagem urbana, que é o controle sobre os principais riachos urbanos (TUCCI, 2006; 417).

No conjunto das preocupações da Comissão de Saneamento das Várzeas, no início da década de 1890, as retificações dos rios Tamandateí e Tietê estavam propostas para serem executadas já naquela década e, acima de tudo, a do Tietê deveria preceder a do Tamandateí (CAMPOS, 2010; 211-212). Porém, sem entrar no mérito se a retificação era o melhor método para sanar o problema das inundações naquele momento ou em outro, o rio Tietê não fora retificado naquele momento, somente o Tamandateí (as obras de retificação e canalização do rio Tietê tiveram início no final da década de 1930).

Com isso, ao se considerar que a canalização de cursos d'água representam medidas estruturais¹⁰ com visão pontual do problema, tais obras acabaram contribuindo para a exportação do problema das inundações à jusante da bacia onde ela ocorria

¹⁰ Medidas estruturais são aquelas utilizadas para reduzir o risco de inundações e podem ser extensivas, agindo na bacia e procurando modificar a relação entre precipitação e vazão, através da cobertura vegetal, do solo, que reduz e retarda os picos de enchentes e controla a erosão da bacia; ou intensivas, que agem diretamente sobre os rios, acelerando seu escoamento com a construção de diques, aumentando a capacidade de descarga e promovendo a supressão de meandros; retardando o escoamento, com reservatórios e bacias de amortecimento; ou desviando o escoamento, com canalização e desvios. As não estruturais correspondem às ações de convivência com os cursos d'água, possuem um caráter preventivo, como zoneamento e mapeamento de áreas inundações, alertas e riscos. Em termos econômicos, as medidas estruturais apresentam custos superiores às medidas não estruturais (TUCCI, 2006; 408 e 414).

normalmente (TUCCI, 2006; 400 e segs.; OSTROWSKY; ZMITROWICZ, 1991; 4), mesmo sem necessariamente resolvê-la em seu ponto de origem. Desta forma, ao considerar as inundações à jusante do centro histórico de São Paulo, em 1922, elas parecem indicar que as obras, ao aumentar a vazão do Tamanduateí, contribuíram para o *incremento* das inundações nestas áreas, que já eram propícias a inundações por suas condições naturais de várzea ou de topografia. O Canindé, por exemplo, à jusante do Tamanduateí, foi largamente afetado pelas inundações de 1922. Por outro lado, não estar à jusante da região do centro histórico onde ocorreram as obras do Tamanduateí, não eximiu outras regiões da cidade de terem sofrido os danos desta inundação, como a Vila Maria ou a Vila Guilherme, por exemplo, largamente impactadas pelas águas naquele ano. Nestes casos, as regiões atingidas estavam em áreas de várzeas sob influência do rio Tietê, também em processo de ocupação pela cidade.

Do conjunto das obras sobre o rio Tamanduateí e seu entorno, portanto, há uma correlação entre a relação dos homens com seu meio que são permeadas pelos interesses dos mais variados segmentos (imobiliários, civilizatórios etc.), porém, sempre fundamentados com seu tempo e realidade, mas capazes de alterar o meio em que vivem. No caso das inundações, se faz necessário desvendar as ações e os procedimentos em seus aspectos históricos para o entendimento do processo contínuo de ressignificações deste fenômeno cada vez mais complexo, tanto nos aspectos espaciais, quanto nos materiais e humanos, a partir dos quais ocorrem interações e influências sobre a vida das pessoas na cidade.

Considerações finais

Esta breve retomada de algumas obras e intervenções no chamado centro histórico de São Paulo, de meados do século XIX até a década de 1920, permite refletir sobre um dos inúmeros problemas ambientais urbanos desta grande cidade, a constituição das inundações enquanto fenômeno socialmente.

Na visão dos abaixo-assinados de 1850 que solicitaram soluções para o problema da “calamidade de forão victimas” no ribeirão do Anhangabaú, o problema fora causado não só pelas 6 horas de chuvas naquele 1º de janeiro, mas também pelo fato de grande volume de águas serem direcionadas à ponte do Piques sem que ela tivesse condições de suportar a vazão, além de um leito obstruído em sua extensão. Na ocasião, danos

materiais e humanos foram motivadores da carta que nutriam esperanças da “improvável repetição” de tal situação. A história os decepcionaria.

A inundação de 1850, ao contrário do que esperavam, inaugurou um fenômeno que se não é exclusivo da cidade de São Paulo, tornou-se parte de seu processo de urbanização, como uma das principais preocupações do processo de ocupação e intervenções urbanas ulteriores, dada a situação natural da área em que a cidade se situa.

As diversas intervenções sobre o rio Tamanduateí (e não somente sobre este rio) e em seu entorno a partir de meados do século XIX representam a conjunção de vários elementos que, considerados em seu conjunto, permitem vislumbrar como as inundações se consolidaram enquanto fenômeno e se firmaram na pauta de preocupações.

Não em vão que a cada inundação um novo impacto, seja ele econômico, social ou cultural parece acrescentar complexidades à subida das águas. Em 1850, os prejuízos materiais e humanos já estavam destacados e se sucederam nas inundações seguintes, mas em 1879 o prejuízo aparece no âmbito dos gastos públicos, que deveria ser racionalizado para salvaguardar o que já fora gasto com a Ilha dos Amores; já em 1912 e 1918, os prejuízos aparecem na órbita privada, nas perdas de casas, móveis e até da renda familiar (devido às mortes), mas também nos serviços e na indústria, inclusive com estimativa de valores.

No âmbito social, os documentos revelam as lamentações quanto aos espaços públicos tomados pelas águas. Porém, com o aumento das inundações, em abrangência e dimensão, a possibilidade para novos “negócios” também atinge as inundações, como os barqueiros que cobravam para realizarem salvamentos, o que demandou a intervenção policial. Cabe destacar ainda o papel do Corpo de Bombeiros no atendimento aos necessitados, que cada vez mais crescia frente ao recrudescimento do fenômeno, simbolizando as mudanças na sua ocorrência, quanto ao risco pessoal primordialmente. Em meio às inúmeras inundações aqui tratadas e suas transformações, a uns era motivo de tragédia, perdas, embaraços, mas a outros, motivos de chacotas, diversão, curiosidade e turismo.

Em termos físicos, os equipamentos urbanos, como pontes, canalizações etc. também foram alvo do poder das águas e seus fatores decorrentes. Foi o caso da ponte de Acu, já em 1850, que veio abaixo com o poder das águas ou, inundações mais tarde, quando trabalhadores deveriam ser encaminhados aos serviços de desobstrução de

pontes em função da retenção de resíduos que impediam a passagem das águas e prejudicavam ainda mais a situação.

Em seu conjunto, estas ressignificações integram um quadro geral no qual se complementavam, sendo causa e efeito das ações dos poderes públicos no âmbito das intervenções, das obras, da legislação que impunha à cidade novas dinâmicas em meio à sua consolidação urbana.

Referências

Manuscrito

Pedido de providencias a respeito dos rios que sobem na época das chuvas-
<http://www.al.sp.gov.br/geral/acervoHistorico/FichaDocumentoImperio.jsp?idDocumento=1956> . Acesso em 12 de abril de 2013.

Impressas

Annaes da Camara Municipal de São Paulo, 1914. Org. por Manoel Alves de Souza.
São Paulo: 1914.

Annaes da Camara Municipal de São Paulo de 1917. Org. por Manuel Alves de Souza.
São Paulo: Typ. Piratininga, 1917.

Annexos ao Relatorio de 1920 apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo
prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1921.

Jornal A Provincia de S. Paulo. 5 de fevereiro de 1875.
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18750205-26-nac-0003-999-3-not/busca/Enchente> - Acesso em 08 de março de 2013.

Jornal A Provincia de S. Paulo. 11 de janeiro de 1879.
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18790111-1168-nac-0002-999-2-not/tela/fullscreen> – Acesso em 07 de março de 2013.

Jornal A Provincia de S. Paulo. 08 de fevereiro de 1880.
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18800208-1488-nac-0002-999-2-not/busca/enchente> - Acesso em 08 de março de 2013.

Jornal O Estado de S. Paulo. 04 de março de 1892.
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18920304-5096-nac-0001-999-1-not/busca/enchente> - Acesso em 11 de março de 2013.

- Jornal O Estado de S. Paulo. 28 de fevereiro de 1912.
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19120228-12126-nac-0005-999-5-not/busca/INUNDA%C3%87%C3%83> - Acesso em 11 de março de 2013
- Jornal O Estado de S. Paulo. 06 de março de 1912.
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19120306-12133-nac-0005-999-5-not/busca/enchente> - Acesso em 11 de março de 2013.
- Jornal O Estado de S. Paulo. 16 de outubro de 1918.
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19181016-14536-nac-0006-999-6-not/busca/Inunda%C3%A7%C3%A3o> – Acesso em 13 de março de 2013.
- Jornal O Estado de S. Paulo, 14 de março de 1922.
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19220314-15762-nac-0005-999-5-not/busca/enchente> - Acesso em 12 de março de 2013.
- Jornal O Estado de São Paulo. 11 de junho de 1922; 2 de outubro de 1924; 24 de dezembro de 1927; 1 de janeiro de 1928; 19 de janeiro de 1928.
- Leis e Atos do Município de São Paulo, do ano de 1920. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1934.
- Registro de Sociedade Anônima na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Companhia Parque da Várzea do Carmo.
- Relatório de 1916 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.
- AB’SÁBER, Aziz Nacib. “O sítio urbano de São Paulo.” In: AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- BARROS, Maria Paes de. *No tempo de Dantes*. 2.ed., São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Trad., São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002.
- CAMPOS, Cristina. *Ferrovias e saneamento em São Paulo. O engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista, 1870-1893*. Campinas: Pontes/ Fapesp, 2010
- CAMPOS, Eudes. “A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiais. Obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto

- de Azevedo, datadas do período 1862-1863.” In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: vol. 15, nº1, jan.-jun. 2007.
- COSTA, Wilma Peres. “A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade.” In: *Economia e Sociedade*. Campinas: nº 10, jun. de 1998.
- CUSTÓDIO, Vanderli. “Inundações no espaço urbano: as dimensões natural e social do problema.” In: *Terra Livre*. Goiânia: Ano 21, v. 1, nº 24, jan,-jun. 2005.
- DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. *Ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Trad., Lisboa: Edições 70, 1966.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Trad., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, vol. I.
- FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. 2.ed., São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1955.
- JORGE, Janes. “À procura de um reencontro: o Tietê e os moradores de São Paulo.” In: In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *História ambiental paulista. Temas, fontes, métodos*. São Paulo: Senac, 2007.
- JORGE, Janes. *O rio que a cidade perdeu. O Tietê e os moradores de São Paulo, 1890-1940*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 2005.
- LÉRIAS, Reinéro A. *O Encilhamento e a cidade de São Paulo, 1890-1891*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 1988.
- MARTINEZ, Paulo Henrique Martinez. *História ambiental no Brasil. Pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MASSEI, Roberto. “Argila: a difícil relação com a natureza.” In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *História ambiental paulista. Temas, fontes, métodos*. São Paulo: Senac, 2007.
- MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo. Da comunidade à metrópole*. Trad., São Paulo: Difel, 1970.
- NOZOE, Nelson Hideki. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1933)*. São Paulo: IPE/ USP, 1984.
- OSTROWSKY, Maria de Sampaio Bonafé; ZMITROWICZ, Witold. “Urbanização e controle de enchentes: o caso de São Paulo: seus conflitos e inter-relações.” In: *Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP*. São Paulo: Departamento de Engenharia de Construção Civil, 1991.

- SANT'ANNA, Nuto. *Metrópole*. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, 1953, vol. 3.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1913)*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 1998.
- SANTOS, Fábio Alexandre dos. “O (des)controle das águas e a atuação privada na construção do Parque D. Pedro II na cidade de São Paulo.” In: *Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de Empresas*. Aracaju: ABPHE, 2007.
- SANTOS, Fábio Alexandre dos. “Uma empresa, vários negócios. A atuação da Light na ocupação e valorização do solo urbano da cidade de São Paulo (1900-1929).” In: *Segundo Congreso Latinoamericano de Historia Económica (CLADHE-II)*. México. Anais do II Congreso Latinoamericano de Historia Económica. México: Asociación Mexicana de Historia Económica (AMHE), 2010.
- SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas. Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda/ Fapesp, 2011.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 4.ed., São Paulo: Hucitec, 1994.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “Enchentes em São Paulo. Culpa da Light?” In: *Memória*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, ano 1, nº 1, 1988.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2.ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. 2.ed., São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- TORRÃO FILHO, Amilcar. “A cidade como redenção: natureza e cultura nos Campos de Piratininga.” In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *História ambiental paulista. Temas, fontes, métodos*. São Paulo: Senac, 2007.
- TUCCI, Carlos E. M. “Água no meio urbano.” In: REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (Orgs.). *Águas doces no Brasil*. 3.ed., São Paulo: Escrituras, 2006.
- WORSTEN, Donald. “Para fazer história ambiental.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 4, nº 8, 1991.

MODERNIZAÇÃO E TURISMO NA REGIÃO DAS ÁGUAS QUENTES - GOIÁS, 1970-2010¹

Hamilton Afonso de Oliveira

Professor do curso de História da Universidade Estadual de Goiás/Unidade
Universitária de Morrinhos-Go (UEG) – hamiltonafonso@bol.com.br

RESUMO – O presente trabalho pretende fazer uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento do turismo como sendo uma atividade que surgiu com o advento da sociedade industrial capitalista, que acabou criando as pré-condições para que o turismo se desenvolvesse ao estabelecer a separação entre o tempo de trabalho e tempo de lazer e, distinguir os espaços do trabalho e os espaços reservados ao lazer e entretenimento àqueles que podem viajar e comprar pacotes turísticos. Desta forma, as condições para que o turismo se desenvolvesse além de mudanças na cultura e mentalidade, a viabilização dos meios de transportes, especialmente, o rodoviário e, principalmente, as políticas de modernização da agricultura e pecuária que foram implementadas a partir da década 1960 que associada à construção e transferência da capital federal para Brasília acelerou o processo de urbanização, aumento da capacidade produtiva e a viabilização do desenvolvimento da atividade turística no Estado de Goiás, especialmente, na região das águas quentes.

PALAVRAS-CHAVES – Goiás, Modernização, Turismo e Caldas Novas-GO.

ABSTRACT - This paper aims to reflect on the process of developing tourism as an activity that came with the advent of industrial capitalist society, which ended up creating the preconditions for tourism to be developed to establish the separation between time work and leisure time, and distinguish the work spaces and the spaces reserved for leisure and entertainment for those who can travel and buy tour packages. Thus, the conditions for tourism to develop in addition to changes in culture and mentality, the viability of the means of transport, especially the road and especially the policies of modernization of agriculture and livestock that were implemented from the 1960's that associated with the construction and transfer of the federal capital Brasília for the accelerated process of urbanization, increase production capacity and facilitating the development of tourism in the State of Goiás, especially in the area of warm water.

KEYWORDS - Goiás, Modernization, Tourism and Caldas Novas GO.

¹ O presente trabalho é resultado preliminar de projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), contemplado no Edital 008/2010 intitulado “História, Modernização, Urbanização e Turismo na região das águas quentes, 1970-2010.”